

LEI Nº 3.347, DE 10 DE SETEMBRO DE 2015

(Revogada Pela Lei Nº 3.461/2017)

~~DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA PRÉVIA INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ALEGRE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.~~

~~Faço saber que a Câmara Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, aprovou e eu Presidente da Câmara Municipal, nos termos do § 7º do artigo 59 da Lei Orgânica do Município de Alegre, promulgo a seguinte Lei:~~

~~**Art. 1º.**— Esta lei regula a obrigatoriedade da prévia inspeção e fiscalização dos produtos de origem animal, produzidos no município de Alegre e destinados ao consumo, nos limites de sua área geográfica, nos termos do artigo 23, inciso II, da Constituição Federal e em consonância com o disposto nas leis federais nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950 e 7.889, de 23 de novembro de 1989.~~

~~**Art. 2º.**— Cabe a Secretária Municipal de Agricultura e Meio Ambiente dar cumprimento às normas estabelecidas na presente lei e impor as penalidades nela prevista.~~

~~**Art. 3º.**— Fica instituído o Serviço de Inspeção Municipal — S.I.M. do município de Alegre, vinculado à Secretária Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, que tem por finalidade a inspeção e fiscalização da produção industrial e sanitária dos produtos de origem animal, comestíveis e não comestíveis, adicionados ou não de produtos vegetais, preparados, transformados, manipulados, recebidos, acondicionados, depositados e em trânsito no município de Alegre.~~

~~**Art. 4º.**— São atribuições do Serviço de Inspeção Municipal — S.I.M.:~~

~~I.— Inspecionar e fiscalizar os estabelecimentos de produtos de origem animal e seus produtos;~~

~~II.— Realizar o registro sanitário dos estabelecimentos de produtos de origem animal e seus produtos;~~

~~III.— Proceder à coleta de amostras de água de abastecimento, matérias primas, ingredientes e produtos para análises fiscais;~~

~~IV.— Notificar, emitir auto de infração, apreender produtos, suspender, interditar ou embargar estabelecimentos, cassar registro de estabelecimentos e produtos; levantar suspensão ou interdição de estabelecimentos.~~

~~V.— Realizar ações de combate à clandestinidade;~~

~~VI.— Realizar outras atividades relacionadas à inspeção e fiscalização sanitária de produtos de origem animal que, por ventura, forem delegadas ao S.I.M.;~~

~~**Art. 5º.**— Fica ressalvada a competência da União, por meio do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, e do Estado, por meio da Secretaria de Estado da Agricultura Aquicultura e Pesca a inspeção e fiscalização de que trata esta lei, quando a produção for destinada ao comércio intermunicipal, interestadual ou internacional, sem~~

~~prejuízo da colaboração da Secretária Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.~~

Art. 6º. — A inspeção e a fiscalização de que trata esta Lei serão procedidas, entre outros:

~~I. — nos estabelecimentos industriais especializados situados em áreas urbanas ou rurais e nas propriedades rurais com instalações para o abate de animais e seu preparo ou industrialização, sob qualquer forma, para o consumo;~~

~~II. — nos entrepostos de recebimento e distribuição de pescado e nas fábricas que o industrializar;~~

~~III. — nas usinas de beneficiamento de leite, nas fábricas de laticínios, nos postos de recebimento, refrigeração e manipulação dos seus derivados e nas propriedades rurais com instalações para a manipulação, a industrialização ou o preparo do leite e seus derivados, sob qualquer forma para o consumo;~~

~~IV. — nos entrepostos de ovos e nas fábricas de produtos derivados;~~

~~V. — nos estabelecimentos destinados à recepção, extração, manipulação do mel e elaboração de produtos apícolas;~~

~~VI. — nos entrepostos que, de modo geral, recebem, manipulem, armazenem, conservem ou acondicionem produtos de origem animal;~~

Art. 7º. — Serão objeto de inspeção e fiscalização previstas nesta Lei, entre outros:

~~I. — os animais destinados ao abate, seus produtos, subprodutos e matérias-primas;~~

~~II. — o pescado e seus derivados;~~

~~III. — o leite e seus derivados;~~

~~IV. — os ovos e seus derivados;~~

~~V. — o mel de abelha, a cera e seus derivados.~~

Art. 8º. — O Serviço de Inspeção Municipal respeitará as especificidades dos diferentes tipos de produtos e das diferentes escalas de produção, incluindo a agroindústria familiar de pequeno porte, desde que atendidos os princípios das boas práticas de fabricação e segurança de alimentos e não resultem em fraude ou engano ao consumidor.

Art. 9º. — A fiscalização e a inspeção de que trata a presente lei serão exercidas em caráter periódico ou permanente, segundo as necessidades do serviço.

Parágrafo único — Os estabelecimentos que realizam operações de abate de animais deverão possuir inspeção permanente para seu funcionamento.

Art. 10. — Para obter o registro no serviço de inspeção o estabelecimento deverá apresentar o pedido instruído pelos seguintes documentos:

~~I. — requerimento, dirigido ao coordenador do Serviço de Inspeção Municipal, solicitando o registro;~~

~~II. — planta baixa ou croqui das construções, acompanhadas do memorial descritivo;~~

~~III. — cópia do contrato ou estatuto social da firma, registrada no órgão competente (no caso de firma constituída);~~

~~IV. — cópia do registro no Cadastro Nacional de Pessoa Física — CPF ou Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica — CNPJ, conforme for o caso;~~

~~V. — registro no Cadastro de Contribuinte do ICMS ou Inscrição de Produtor Rural na Secretaria de Estado da Fazenda, conforme for o caso;~~

~~VI. — alvará de funcionamento, ou documento equivalente, fornecido pela prefeitura municipal;~~

~~VII. — licença ambiental ou dispensa de licença ambiental fornecida pelo órgão~~

ambiental competente;

VIII. — boletim de exames físico-químico e microbiológico da água de abastecimento, fornecido por laboratório credenciado junto aos órgãos competentes;

IX. — registro do estabelecimento junto ao Conselho de Medicina Veterinária do ES quando solicitado pelo SIM.

X. — manual de Boas Práticas de Fabricação de Alimentos — BPF.

XI. — comprovante de pagamento da taxa de registro.

Art. 11. — O registro do estabelecimento será concedido após apresentação dos documentos solicitados no Art. 10 e mediante emissão de “Laudo de Vistoria Final de Estabelecimento” favorável.

Art. 12. — Os estabelecimentos registrados no S.I.M. deverão garantir que as operações possam ser realizadas seguindo as boas práticas de fabricação, desde a recepção da matéria-prima até a entrega do produto alimentício ao mercado consumidor.

Art. 13. — Os produtos deverão atender aos regulamentos técnicos de identidade e qualidade, aditivos alimentares, coadjuvantes de tecnologia, padrões microbiológicos e de rotulagem, conforme a legislação vigente.

§ 1º. — Os produtos que não possuam regulamentos técnicos específicos poderão ser registrados, desde que atendidos os princípios das boas práticas de fabricação e segurança de alimentos e não resultem em fraude ou engano ao consumidor.

§ 2º. — O S.I.M. poderá criar normas específicas para os produtos mencionados no parágrafo §1º deste artigo.

Art. 14. — As autoridades de saúde pública devem comunicar ao S.I.M. os resultados das análises sanitárias realizadas nos produtos alimentícios de que trata esta Lei, apreendidos ou inutilizados nas diligências a seu cargo.

Art. 15. — As infrações às normas previstas na presente Lei serão punidas, isolada ou cumulativamente, com as seguintes sanções, sem prejuízo das punições de natureza civil e penal cabíveis:

I. — Advertência, quando o infrator for primário ou não ter agido com dolo ou má-fé;

II. — Multa de até UR 65,0 valor de referência municipal, nos casos de reincidência, dolo ou má-fé;

III. — Apreensão e/ou inutilização de matérias-primas, produtos, subprodutos, ingredientes, rótulos e embalagens, quando não apresentarem condições higiênicas sanitárias adequadas ao fim a que se destinem ou forem adulterados ou falsificados;

IV. — Suspensão das atividades dos estabelecimentos, se causarem risco ou ameaça de natureza higiênico-sanitária e ainda, no caso de embaraço da ação fiscalizadora;

V. — Interdição total ou parcial do estabelecimento, quando a infração consistir na falsificação ou adulteração de produtos ou se verificar a inexistência de condições higiênicas sanitárias adequadas.

a) — a interdição poderá ser levantada após o atendimento das irregularidades que promoveram a sanção;

b) — se a interdição não for suspensa nos termos do inciso V, decorridos 06 (seis) meses será cancelado o respectivo registro.

§ 1º. As multas poderão ser elevadas até o máximo de dez (10) vezes, quando o volume do negócio do infrator faça prever que a punição será ineficaz.

~~§ 2º. Constituem agravantes o uso de artifício ardil, simulação, desacato, embaraço ou resistência à ação fiscal.~~

~~**Art. 16.**— As penalidades impostas na forma do artigo precedente serão aplicadas pelos servidores públicos designados pelo Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente que irão compor o Sistema Municipal de Inspeção, a estes servidores será concedido através de decreto poder de polícia.~~

~~—— Parágrafo único — O município constituirá uma comissão de funcionários efetivos para a implementação desta legislação.~~

~~**Art. 17.**— As infrações administrativas serão apuradas em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa e o contraditório, observadas as disposições desta Lei e do seu regulamento.~~

~~**Art. 18.**— O produto da arrecadação das taxas e das multas eventualmente impostas ficará vinculado ao órgão executor e será aplicado no financiamento das atividades fiscalizadas na forma desta Lei.~~

~~**Art. 19.**— Os recursos financeiros necessários à implementação da presente Lei e do Serviço de Inspeção Municipal serão fornecidos pelas verbas alocadas na Secretária Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, constantes no Orçamento do Município.~~

~~**Art. 20.**— Para a consecução dos objetivos desta Lei, fica a Secretária Municipal de Agricultura e Meio Ambiente autorizada a realizar convênio e termos de cooperação técnica com órgãos da administração direta e indireta.~~

~~**Art. 21.**— A Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente poderá se valer de servidores de consórcios públicos dos quais o município participe para a execução dos objetivos deste regulamento, respeitadas as competências.~~

~~**Art. 22.**— Os casos omissos ou dúvidas que surgirem na execução da presente Lei, bem como a sua regulamentação, serão resolvidos através de atos normativos do Prefeito Municipal.~~

~~**Art. 23.**— O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de quinze dias a contar da data de sua publicação.~~

~~**Art. 24.**— Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário a esta Lei.~~

Alegre (ES), 10 de setembro de 2015.

ALÍCIO LUCINDO
—— Presidente da CMA

~~-Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Alegre.-~~